

## **Mercantilização do ensino superior brasileiro e o uso do EaD como estratégia expansionista<sup>1</sup>**

Larissa Dahmer Pereira<sup>2</sup>

Andréa Cristina Viana de Souza<sup>3</sup>

**Resumo:** O artigo analisa o perfil de expansão do ensino superior brasileiro nas duas últimas décadas e problematiza o uso do Ensino a Distância (EaD) como estratégia de expansão. Apresentamos dados gerais do ensino superior, como matrículas por categoria administrativa, organização acadêmica e modalidade de ensino, coletados nas Sinopses Estatísticas da Educação Superior. Em seguida, expomos dados específicos sobre o crescimento do EaD no ensino superior brasileiro, problematizando o seu uso como estratégia central de aumento das estatísticas educacionais, em um contexto de contrarreforma do Estado e de forte ajuste fiscal. Como resultados, demonstramos que o perfil de acesso ao EaD no Brasil ocorre majoritariamente por meio de matrículas no setor privado, mercantil, em cursos rápidos (tecnólogos) e de baixo custo/alta lucratividade. Desvelamos, ainda, que as matrículas encontram-se concentradas em regiões populosas, como sudeste e sul, o que denota que o discurso do uso do EaD como forma de alcançar populações em regiões remotas já não se mostra coerente com o perfil das matrículas.

**Palavras-chaves:** Expansão do ensino superior. Mercantilização. Ensino a Distância.

### **Commodification of Brazilian higher education and the use of EAD as an expansionist strategy**

**Abstract:** The article analyzes the expansion profile of Brazilian higher education in the last two decades and problematizes the use of distance education (EaD) as an expansion strategy. We present general data on higher education, such as enrollments by administrative category, academic organization and teaching modality, collected in the Higher Education Statistics Synopsis. Next, we present specific data on the growth of EaD in Brazilian higher education, problematizing its use as a central strategy for increasing educational statistics, in a context of counter-state reform and strong fiscal adjustment. As a result, we demonstrate that the profile of access to EaD in Brazil occurs mainly through enrollments in the private sector, mercantile, in fast courses (technologists) and low cost / high profitability. We also found that enrollments are concentrated in populated regions, such as southeast and south, which indicates that the discourse of the use of EaD as a way to reach populations in remote regions is no longer consistent with the enrollment profile.

**Keywords:** Expansion of higher education. Mercantilization. Distance learning.

---

<sup>1</sup> O primeiro item do trabalho foi redigido por Pereira, sendo parte de artigo no prelo atualmente (PEREIRA, 2017). O segundo item foi redigido por Souza e orientado/revisado por Pereira.

<sup>2</sup> Assistente social, Mestre e Doutora em Serviço Social (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ). Pós-Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ. Docente do Departamento de Serviço Social/Universidade Federal Fluminense e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da UFF (PPGSSDR/UFF).

<sup>3</sup> Assistente social e Mestranda do PPGSSDR/UFF.

## **1. Expansão do ensino superior brasileiro no período 1995-2015: incentivo estatal ao setor privado mercantil e expansão precarizada do setor público**

O ensino superior brasileiro passou por uma significativa expansão nas duas últimas décadas (1995-2015).<sup>4</sup> Diversos autores têm apresentado análises críticas<sup>5</sup> sobre tal processo expansionista: em um contexto de implementação de medidas estatais liberalizantes, com forte ajuste fiscal, a expansão das matrículas de nível superior ocorreu via setor privado, ofertadas majoritariamente por empresas de grande capital<sup>6</sup> e que vêm se utilizando do Ensino a Distância (EaD) como estratégia de redução de custos e maximização de lucros.

Sem dúvida, a falta de acesso da maior parte da classe trabalhadora ao ensino superior no país constitui-se como uma dívida histórica, decorrente do padrão dependente educacional e que se relaciona com a superexploração da força de trabalho e a baixa necessidade, por parte das empresas capitalistas, de uso de força de trabalho majoritariamente qualificada. Aqui, sendo o Brasil um país de capitalismo tipicamente dependente,<sup>7</sup> com industrialização tardia e uma posição na divisão internacional do trabalho ainda pautada em um padrão exportador de especialização produtiva,<sup>8</sup> o padrão educacional exigido pelo setor empresarial é rebaixado, ainda que o discurso oficial seja o de que no Brasil temos “pouca oferta de mão-de-obra qualificada”.<sup>9</sup>

Assim, ao relacionarmos padrão de desenvolvimento capitalista dependente com padrão educacional, compreendemos o porquê da expansão do ensino superior operada nas duas últimas décadas ter servido mais aos interesses de expansão mercantil – em tempos de forte crise de acumulação – do que efetivamente à democratização do ensino superior. Em outras palavras: ainda que o acesso ao ensino superior brasileiro faça parte das bandeiras e lutas históricas de setores da classe trabalhadora que estiveram, por décadas, alijados de tal direito, a forma e o conteúdo de tal expansão – com matrículas concentradas em Instituições de Ensino Superior (IES) com finalidades lucrativas - vêm

---

<sup>4</sup> No trabalho, nos deteremos no período pós-1995, mas é fundamental assinalar que o primeiro momento de expansão do ensino superior ocorreu no período da ditadura militar. Cf. Cunha (1988) e Germano (1995).

<sup>5</sup> Cf. análises de Silva Júnior e Sguissardi (2001); Neves (2002); Sguissardi (2008); Barreto (2010); Mancebo, Vale e Martins (2015).

<sup>6</sup> A pesquisa de Vale (2011) analisa de forma crítica tal processo de concentração institucional e de financeirização, articulando com o movimento de acumulação e a internacionalização do ensino superior.

<sup>7</sup> Sobre a categoria de capitalismo dependente desenvolvida por Fernandes, cf. Limoeiro-Cardoso (1995).

<sup>8</sup> Cf. livro organizado por Ferreira, Osório e Luce (2012), que nos traz análises profícuas sobre o ciclo do capital na economia dependente, o padrão de reprodução do capital e a superexploração da força de trabalho.

<sup>9</sup> Para a discussão sobre a formação para o trabalho complexo na ordem burguesa contemporânea, com uma análise da particularidade brasileira, cf. Neves e Pronko (2008).

respondendo mais a frações da burguesia, que precisam ampliar seus mercados, do que efetivamente à democratização do conhecimento, visto o perfil dessa expansão estar associado ao acesso via compra do serviço educacional, acompanhado da fragilidade do processo formativo no quesito qualidade acadêmica.<sup>10</sup>

Cabe-nos apresentar, para o adensamento das reflexões aqui realizadas, dados que expressam o predomínio do setor privado: em 1995, o setor público (IES – federais, estaduais e municipais) detinha 700.540 matrículas, enquanto o setor privado (empresarial e confessional/comunitário) respondia por 1.059.163 matrículas. Em duas décadas, o setor privado obteve um crescimento de 473,58%, com 6.075.152 matrículas, no ano de 2015, enquanto o setor público cresceu 178,66% ao longo daqueles 20 anos (1995-2015), de 700.540 para 1.952.145 matrículas (tabela 1).<sup>11</sup>

**Tabela 1 - Matrículas de acordo com a categoria administrativa da IES**

<b>Ano</b>	<b>1995</b>	<b>2015</b>	<b>Tx. de crescimento</b>
Matrículas em IES públicas	700.540	1.952.145	178,66%
Matrículas em IES privadas	1.059.163	6.075.152	473,58%
Total	1.759.703	8.027.297	356,17%

Fonte: Sinopses Estatísticas (INEP/MEC, 1995 e 2015). Elaboração própria.

Outro dado importante é a forte tendência de crescimento de IES não-universitárias e sua (possível) predominância futura: em 1995, havia no país 631.771 matrículas em IES não-universitárias contra 1.127.932 matrículas em IES universitárias. Em 20 anos (1995-2015), as IES não-universitárias somam 3.754.142 matrículas, aproximando-se da participação das IES universitárias, que somam 4.273.155 matrículas. As matrículas em IES não-universitárias cresceram quase 500%, enquanto as matrículas em IES universitárias obtiveram um ritmo de crescimento de menos de 300% (tabela 2).

<sup>10</sup> O que se relaciona com a necessidade do setor privado ampliar lucros e aumentar a competitividade, com a redução de custos. Com tais objetivos e operando a educação com a lógica mercantil, a qualidade acadêmica se esvai, destituída da dimensão de pesquisa e forte intensificação do trabalho docente.

<sup>11</sup> Em 2015, a Sinopse Estatística do Ensino Superior 2015 nos apresenta as matrículas, em cursos presenciais e a distância (INEP/MEC, 2015). Já em 1995, as matrículas são somente em cursos presenciais (INEP/MEC, 2015).

**Tabela 2 - Matrículas de acordo com a organização acadêmica da IES**

Ano	1995	2015	Tx. de crescimento
Matrículas em IES universitárias	1.127.932	4.273.155	278,84%
Matrículas em IES não-universitárias	631.771	3.754.142	494,22%
Total	1.759.703	8.027.297	356,17%

Fonte: Sinopses Estatísticas (INEP/MEC, 1995 e 2015). Elaboração própria.

O mesmo processo ocorre com as modalidades de ensino, de forma ainda mais impressionante: se em 2000, as matrículas em cursos presenciais somavam 2.694.245 e aquelas de cursos EaD totalizavam 1.682,<sup>12</sup> em 2015 as matrículas presenciais dobraram para 6.633.545 (crescimento de 146,21%, cursos presenciais), enquanto as de EaD passaram a totalizar o vertiginoso quantitativo de 1.393.752 matrículas, com um crescimento da ordem de 82.762,78%. Isto é, ainda que matrículas em cursos de EaD não representem a maioria das matrículas de cursos de graduação no país, em termos absolutos, a tendência é de que, nos próximos anos - permanecendo o crescimento exponencial constatado -, a predominância seja de matrículas em cursos de graduação na modalidade de EaD (tabela 3).

**Tabela 3 - Matrículas de acordo com a modalidade de ensino**

Ano	2000	2015	Tx. de crescimento
Matrículas em cursos presenciais	2.694.245	6.633.545	146,21%
Matrículas em cursos EaD	1.682	1.393.752	82.762,78%
Total	2.695.927	8.027.297	197,75%

Fonte: Sinopses Estatísticas (INEP/MEC, 2000 e 2015). Elaboração própria.

Ainda que as matrículas estejam concentradas em IES universitárias privadas e que tais IES devam, legalmente, realizar o tripé ensino, pesquisa e extensão, constata-se a concentração de docentes doutores e em tempo integral nas IES públicas,

<sup>12</sup> Na Sinopse Estatística do ano de 2000 (INEP/MEC, 2000) aparecem pela primeira vez as matrículas em EaD.

especificamente, nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Ou seja, docentes com qualificação para pesquisa e com condições de trabalho para efetivação da mesma não estão majoritariamente nas IES privadas,<sup>13</sup> o que já indica aqui uma divisão de tarefas formativas entre as IES, com o ensino voltado para as IES privadas - que formam a maioria esmagadora dos profissionais do país para o mercado de trabalho - e, as IFES, que formam pesquisadores e futuros mestres/doutores, que provavelmente irão também alimentar o mercado educacional, vendendo sua força de trabalho a preço rebaixado para as IES privadas.

A título de ilustração, o Resumo Técnico da Educação Superior 2014 (INEP, 2016) assim resume o perfil dos docentes alocados em IES públicas e privadas: ambos são do sexo masculino e jovens (37 e 35 anos, IES públicas e privadas, respectivamente). A diferença, aqui, reside fundamentalmente na qualificação e na condição de trabalho relacionada à dedicação do docente à IES: nas IES públicas concentram-se 67,63% do contingente de docentes doutores do país, enquanto as IES privadas empregam somente 28% dos docentes doutores.

Quanto ao tempo de dedicação do docente à IES: o Resumo Técnico da Educação Superior 2014 nos informa que 72% do contingente de docentes em tempo integral encontram-se nas IES públicas (sendo 50% em federais, 20% em estaduais e 2% em municipais) e somente 28% exercem suas atividades em tempo integral nas IES privadas. Quando falamos de tempo parcial, 8 (oito) em cada 10 (dez) docentes horistas estão na rede privada (INEP, 2016).

Ora, temos então um ensino superior que cresceu majoritariamente em IES privadas, com concentração de matrículas em universidades privadas, expressivo crescimento do EaD nos últimos anos e condições de trabalho docente, nas IES privadas, que exigem do profissional, por ser horista, dedicação a outras atividades para sua sobrevivência. Assim, a qualificação permanente docente torna-se tarefa hercúlea:

---

<sup>13</sup> O processo de expansão desencadeado nos governos Lula, especialmente a partir do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI (BRASIL, 2007) – efetivamente possibilitou o ingresso de mais estudantes, com menor renda familiar, nas IFES. Cf. dados em Síntese de Indicadores Sociais 2015 (IBGE, 2015). Contudo, frente aos limites orçamentários, decorrentes da manutenção do ajuste fiscal, a expansão ocorreu de forma precarizada, o que atingiu as condições de trabalho docente. É fundamental ainda considerar a precarização das IFES herdada dos governos Cardoso, que sequer abriram concursos públicos para docentes e técnico-administrativos, somado à asfixia financeira então operada. Cf. estudo de Silva Júnior e Sguissardi (2001). Não é nosso intuito realizar tal análise, mas cabe destacar que, ainda que com toda a precarização vivenciada pelas IFES, estas ainda conseguem manter a carga horária docente distribuída em atividades de pesquisa, ensino e extensão, o que não ocorre no setor privado, que destina praticamente toda carga horária docente às atividades de ensino.

não à toa os mestres são presença majoritária nas IES privadas, que muito raramente têm acesso a planos de carreiras com incentivo da IES à qualificação.

Tal realidade, obviamente, traz impactos para a qualidade da formação profissional da maioria dos discentes do ensino superior no país, que se concentram em IES privadas: limitação de tempo dos docentes à dedicação integral a atividades de ensino, pesquisa e extensão, resguardando-se a dedicação geralmente somente a atividades de ensino, e ainda, os claros limites de qualificação docente permanente, visto a ausência, em geral, de incentivo institucional.

É fundamental, a nosso ver, apresentarmos os dados das duas últimas décadas, demonstrando o perfil de expansão do ensino superior brasileiro, concentrado no setor privado mercantil,<sup>14</sup> para que não percamos a perspectiva de totalidade. Isto é, a apresentação dos dados até aqui objetivou demonstrar o predomínio do setor privado e a forte tendência de crescimento das matrículas em IES não-universitárias e ofertadas por meio do EaD.<sup>15</sup> Ou seja, um ensino superior ofertado sem o tripé ensino, pesquisa e extensão, vide as condições do trabalho docente já brevemente assinaladas.

De forma ampliada, este é o perfil de expansão do ensino superior brasileiro. Contudo cabe-nos alertar para o crescimento de vagas – ainda que diminuto, relativamente ao crescimento do setor privado – no setor público, especialmente nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), que por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007), instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e possibilitou o ingresso de mais estudantes, com menor renda familiar, nas IFES.<sup>16</sup> Conforme observam Mancebo, Vale e Martins (2015: p. 38), a expansão do setor público, localizada especialmente nos governos Lula (2003-2010), efetivamente incrementou as matrículas no setor público, mas limitada a um processo de certificação, sem efetivas condições de trabalho docente.<sup>17</sup>

Entre 1995 e 2010, as matrículas também tiveram um incremento no sistema público de educação superior da ordem de 134,5%. Esse crescimento deveu-se

---

<sup>14</sup> Cf. análise de Sguissardi (2008), sobre a predominância do setor privado mercantil.

<sup>15</sup> O documento resultante de consultoria realizada para o Conselho Nacional de Educação/Ministério da Educação (MEC/CNE, 2014) aponta uma série de problemas relativos à expansão por meio do EaD.

<sup>16</sup> Cf. dados em Síntese de Indicadores Sociais 2015 (IBGE, 2015).

<sup>17</sup> As greves nacionais docentes das IFES, nos anos de 2012 e 2015, merecem registro e revelam as contradições presentes no processo de expansão do ensino superior público, que ampliou efetivamente vagas discentes e docentes, especialmente no interior do país, mas, frente a um limitado orçamento, não ampliou os recursos de forma adequada e suficiente, gerando fortes insatisfações no corpo docente recém-ingresso e já portador do título de Doutorado, bem como, no corpo discente.

principalmente à expansão da rede federal de educação superior, em especial no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, por meio do programa REUNI.

Sem dúvida, o crescimento do setor público no período supracitado foi significativo, embora, ao compararmos com o crescimento do setor privado, percebamos a predominância deste último, conforme Sguissardi (2008: p. 996):

*O modelo* de expansão da educação superior no Brasil tem uma longa história, mas, para caracterizá-lo, basta verificar sua evolução nos últimos anos. A multiplicação dos *campi* das IFES, a criação recente de mais 12 universidades federais em diversos estados do Brasil, beneficiando importantes regiões metropolitanas, mas especialmente do interior do país, e, certamente, o REUNI deverão ter importante impacto nos números referentes às instituições e matrículas do setor público federal. Mas, infelizmente, seu efeito sobre a participação percentual do setor público no total de IES e de matrículas será diminuto diante do muito mais expressivo crescimento do setor privado, especialmente representado pelo sub-setor particular ou privado/mercantil.

É crucial reconhecer que a expansão realizada por meio do REUNI foi, ainda que muito parcialmente, uma resposta do governo Lula a demandas históricas de movimentos sociais que exigiam o acesso à Universidade Pública, a uma Política de Assistência Estudantil que garantisse a permanência, à interiorização, a vagas em cursos noturnos para discentes trabalhadores, às cotas para estudantes de escolas públicas e cotas raciais, dentre outros. Contudo, tal expansão veio acompanhada de forte precarização, com recursos insuficientes, porque se manteve o ajuste fiscal e a limitação de alocação direta de recursos nas IFES.<sup>18</sup> A expansão majoritariamente, como vimos, ocorreu via setor privado, que por meio de isenções fiscais – beneficiado com programas governamentais como o Programa Universidade Para Todos (PROUNI)<sup>19</sup> e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)<sup>20</sup> – pôde se expandir de forma veloz.<sup>21</sup>

Considerando a crítica até aqui realizada quanto à expansão mercantilizada do ensino superior brasileiro e, ainda, à expansão precarizada do setor público, no período

---

<sup>18</sup> Não é nosso intuito neste trabalho aprofundar a análise sobre o REUNI de forma geral, visto que pretendemos apresentar um panorama do crescimento dos cursos públicos de Serviço Social no período. Cabe destacar, contudo, que a crítica central ao REUNI não se relaciona com a negação da entrada de novos segmentos da classe trabalhadora na Universidade Pública, mas à sua inserção precarizada.

<sup>19</sup> Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005 oferece isenção de tributos àquelas instituições que aderem ao Programa (BRASIL, 2005).

<sup>20</sup> Destinado ao financiamento da graduação de nível superior de estudantes matriculados em instituições privadas, é um programa do Ministério da Educação, criado em 1999, ainda no governo FHC. Cf. BRASIL (2001). O ajuste fiscal e a imposição de novas regras ao setor privado desagradou: cf. matéria recente: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/01/1576934-setor-de-educacao-superior-privado-reage-a-ajuste-fiscal-do-governo-dilma.shtml>

<sup>21</sup> Cf. Mancebo, Vale e Martins (2015).

em análise, objetivamos apresentar um breve mapeamento do EaD no Brasil, problematizando também o perfil de sua expansão.

## **2. O EaD como meio de acesso ao ensino superior: democratização ou manutenção da desigualdade estrutural?**

O discurso predominante – presente em documentos governamentais, legislação, veículos midiáticos e propagandas institucionais das IES privadas e públicas – é de que o EaD alcançaria a população em regiões distantes e com menores oportunidades de acesso ao ensino superior. Outra argumentação é de que o EaD proporcionaria a esse público possibilidade de desenvolvimento cultural, além de incidir na redução de desigualdades regionais. O Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001) assim diagnostica a situação do EaD no país e dedica um capítulo ao EaD:<sup>22</sup>

No processo de universalização e democratização do ensino, especialmente no Brasil, onde os déficits educativos e as desigualdades regionais são tão elevados, os desafios educacionais existentes podem ter, na educação a distância, um meio auxiliar de indiscutível eficácia. Além do mais, os programas educativos podem desempenhar um papel inestimável no desenvolvimento cultural da população em geral (BRASIL, 2001: s/p).

Apresentaremos, nesse item, um breve perfil da expansão do EaD no país, nas duas últimas décadas, utilizando como parâmetros para análise as regiões geográficas brasileiras; o grau acadêmico dos cursos de graduação ofertados na modalidade de EaD (licenciaturas, bacharelados, tecnológicos) e áreas de conhecimento; consideraremos, também, a categoria administrativa de IES ofertante do curso de graduação EaD, pública ou privada. A seguir, problematizaremos tal perfil, tendo em vista o discurso predominante de que o EaD seria um meio de democratização do acesso ao ensino superior.

A tabela 4 ilustra a distribuição dos cursos de graduação ofertados na modalidade de EaD no país, em dois momentos distintos: no ano 2000, quando todas 1.682 matrículas estavam centralizadas em IES de natureza pública. Além disso, não houve registro de matrículas para as regiões norte e sudeste.

Decorridas duas décadas, o cenário é bastante diferente, não obstante, é possível verificar o crescimento de matrículas no setor público em 7.533,35%, a ampliação do

---

<sup>22</sup> Pra uma análise da Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional e do Plano Nacional de Educação, cf. Saviani (1998).

setor privado é expressivamente maior. Outrossim, constata-se ampla disseminação das matrículas na porção sul do país, entre as regiões sul e sudeste.

**Tabela 4 – Matrículas em cursos de graduação EaD de acordo com regiões geográficas brasileiras**

Ano	2000		2015	
Região geográfica brasileira	Matrículas em IES públicas	Matrículas em IES privadas	Matrículas em IES públicas	Matrículas em IES privadas
Norte	-	-	12.022	161.739
Nordeste	599	-	51.130	210.144
Centro-oeste	813	-	7.141	130.638
Sudeste	-	-	41.238	489.648
Sul	270	-	16.862	273.190
<b>Subtotal</b>	<b>1.682</b>	<b>-</b>	<b>128.393</b>	<b>1.265.359</b>
<b>Total</b>	<b>1.682</b>		<b>1.393.752</b>	

Fonte: Sinopses Estatísticas (INEP/MEC, 2000 e 2015). Elaboração própria.<sup>23 24</sup>

A Tabela 5 expressa o início da oferta do EaD, privilegiando cursos de graduação na área de formação de professores, por meio do setor público. Esse movimento foi identificado por Lima (2014), em um estudo realizado para o MEC. A pesquisadora salienta como o EaD vem sendo utilizado pelo Estado para efetivar a formação de professores:

As metas estabelecidas pelo PNE 2001-2010, em relação à educação a distância e formação de professores no Brasil, abordam a ampliação de oferta e vagas de formação em nível médio, superior, de formação continuada, bem como de pós-graduação, fazendo uso da modalidade. O Projeto de Lei n. 8.035/2010, com relação à EaD e formação de professores, prioriza a expansão e oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, inclusive por meio do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Os itens apresentados demonstram que, desde a proposição do primeiro PNE, passando pelo anteprojeto que tramita no Congresso Nacional, a EaD tem sido utilizada como estratégia de expansão e oferta de cursos de formação de professores, tendo no primeiro um viés para o nível superior e médio e, no segundo, para a educação profissional e pós-graduação *stricto sensu*. Em ambos presencia-se a necessidade de formação dos profissionais da educação para o atendimento do déficit na área (LIMA, 2014: pp. 20-21).

<sup>23</sup> Utilizamos o ano 2000 como marco comparativo inicial posto que na série de documentos do INEP/MEC (SINOPSES ESTATÍSTICAS DO ENSINO SUPERIOR), esse foi o primeiro a apresentar dados sobre os cursos de graduação por meio do EaD.

<sup>24</sup> O hífen (-) indica que, na Sinopse Estatística do Ensino Superior consultada, não houve menção a matrículas para as regiões indicadas.

O Estado brasileiro vem, portanto, promovendo a formação de professores por meio do EaD, a despeito das debilidades que essa proposta formativa apresenta como por exemplo: a não participação dos alunos em atividades de pesquisa e extensão, tampouco a possibilidade de o discente estabelecer vínculo direto com o campus universitário ou o docente.

Ao acompanharmos a expansão do EaD, observamos que o número de matrículas no setor público passou por crescimento, com uma taxa de 8.186,15%. Contudo, se comparado ao aumento de matrículas ocorrido no setor privado, o setor privado obteve um crescimento exponencialmente maior. Além disso, cursos de graduação do tipo tecnológico, ganham espaço nessa nova configuração da educação superior brasileira, sendo mais atraentes para o público consumidor, visto a possibilidade de ingresso mais rápido no mercado de trabalho. Os cursos tecnológicos podem ser concluídos em um período de dois anos, assim, ao final de um curso dessa natureza, o discente tem a possibilidade de obter certificação de nível superior consideravelmente mais rápido que os inseridos nos cursos de bacharelado e licenciatura, pois o MEC considera a todos como cursos de graduação.

**Tabela 5 – Matrículas em cursos de graduação EaD segundo o grau acadêmico**

<b>Ano</b>	<b>Grau Acadêmico</b>	<b>IES. Públicas</b>	<b>IES. Privadas</b>
<b>2000</b>	Bacharelado	1.083	-
	Licenciatura	599	-
<b>TOTAL</b>		<b>1.682</b>	
<b>2014</b>	Bacharelado	32.424	384.083
	Licenciatura	100.276	440.417
	Tecnológico	6.673	377.969
<b>TOTAL</b>		<b>1.341.842</b>	

Fonte: Sinopses Estatísticas (INEP/MEC, 2000) e Resumo Técnico da Educação Superior (INEP/MEC, 2014). Elaboração própria.<sup>25</sup>

<sup>25</sup> Utilizamos informações colhidas do Resumo Técnico da Educação Superior INEP/MEC, para o ano de 2014, pois os dados relativos às matrículas por grau acadêmico em EaD não estão disponíveis na Sinopse Estatística de 2015, tampouco o Resumo Técnico da Educação Superior INEP/MEC para 2015 foi encontrado na página eletrônica do INEP/MEC. Os graus acadêmicos de bacharelado e licenciatura para o ano 2000, em IES privadas, estão sem valores relativos a matrículas, pois o EaD na educação superior brasileira foi iniciado em IES públicas.

Quando as primeiras matrículas no EaD são lançadas nos documentos oficiais (INEP/MEC, 2000), observamos que estavam localizadas em IES de natureza pública e universitária. Aquelas matrículas foram realizadas em cursos da área de educação para formação de licenciados (professores para as disciplinas da educação básica) e bacharéis (pedagogos). Desse modo, o EaD, no novo século, emergiu como uma trajetória formativa para professores.

De acordo com os dados do INEP/MEC (2015), atualmente, o EaD no Brasil possui contornos de natureza privada e universitária. Esse movimento vem ocorrendo em virtude da concentração do capital, isto é, trata-se aqui dos processos de compras, aquisições e fusões de empresas educacionais, que por meio dessa estratégia buscam agrupar um elevado contingente de matrículas. Assim, uma grande IES privada, organizada em formato universitário, adquire outras IES privadas, já universitárias ou não, de modo a baratear os custos de produção do serviço educacional, para assim alcançar maior lucratividade.

**Tabela 6 – Matrículas em cursos de graduação EaD segundo a organização acadêmica e categoria administrativa**

<b>Ano</b>	<b>Organização Acadêmica</b>	<b>Categoria Administrativa</b>	<b>Matrículas</b>
<b>2000</b>	<b>IES UNIVERSITÁRIAS</b>	Pública	1.682
		Privada	-
	<b>IES NÃO UNIVERSITÁRIAS</b>	Pública	-
		Privada	-
	<b>TOTAL</b>	<b>1.682</b>	
<b>2015</b>	<b>IES UNIVERSITÁRIAS</b>	Pública	116.641
		Privada	881.650
	<b>IES NÃO UNIVERSITÁRIAS</b>	Pública	11.752
		Privada	383.709
	<b>TOTAL</b>	<b>1.393.752</b>	

Fonte: Sinopses Estatísticas (INEP/MEC, 2000 e 2015). Elaboração própria.<sup>26</sup>

Por meio da Tabela 7, é possível observar, de um lado, a larga difusão do EaD para outras áreas do conhecimento além do campo da educação, como as áreas de Ciências Sociais, Negócios, Direito; Saúde e Bem-Estar Social. De outro lado, nota-se

<sup>26</sup> Na coluna Matrículas referente ao ano 2000, somente a categoria IES universitária pública aparece com registro de matrículas, pois de acordo com a consulta à Sinopse Estatística do Ensino Superior, todas as matrículas foram realizadas em IES do setor público e organizadas no formato universitário.

que áreas do conhecimento popularmente denominadas de exatas, como Engenharia, Produção e Construção; Ciências, Matemática e Computação; além da área de conhecimento Agricultura e Veterinária não vivenciaram o incisivo processo de expansão de matrículas por meio do EaD, tal como as áreas denominadas de Humanas.

A disseminação do EaD em cursos da área de conhecimento denominada como Humanas pode estar articulada aos baixos investimentos necessários para implantação desse tipo de formação, que requer, além do conteúdo, basicamente, o estabelecimento de bibliotecas. O quadro é distinto do de cursos da área de conhecimento denominada de Exatas, pois nessa existe demanda por laboratórios e oficinas, cujos equipamentos tendem a se tornar rapidamente obsoletos.

Portanto, a maior concentração de matrículas em cursos ofertados por meio do EaD é na área de Humanas: formação de professores, profissionais da área de gestão e administração, assistentes sociais. No que concerne aos cursos de Serviço Social, salientamos que, quando se trata da modalidade presencial, esse curso de graduação não está entre os mais procurados pelos alunos.

**Tabela 7 – Matrículas em cursos de graduação EaD segundo a área do conhecimento e categoria administrativa**

<b>Ano</b>	<b>Área do conhecimento</b>	<b>IES Públicas</b>	<b>IES Privadas</b>
<b>2000</b>	EDUCAÇÃO	1.682	-
	<b>TOTAL</b>	<b>1.682</b>	
<b>2015</b>	EDUCAÇÃO	86.802	476.749
	HUMANIDADES E ARTES	70	7.410
	CIÊNCIAS SOCIAIS, NEGÓCIOS, DIREITO	28.049	555.532
	CIÊNCIAS, MATEMÁTICA E COMPUTAÇÃO	5.207	31.226
	ENGENHARIA, PRODUÇÃO E CONSTRUÇÃO	578	33.344
	AGRICULTURA E VETERINÁRIA	266	2.153
	SAÚDE E BEM-ESTAR SOCIAL	2.670	100.801
	SERVIÇOS	4.751	58.144
	<b>TOTAL</b>	<b>1.393.752</b>	

Fonte: Sinopses Estatísticas (INEP/MEC, 2000 e 2015). Elaboração própria.

### **3. Considerações finais**

Compreendemos o EaD como uma estratégia que de fato concorre para ampliação de matrículas. Todavia, entendemos que tal processo é questionável, visto ser

inegável que a fração mais significativa do movimento de alargamento do acesso ao ensino superior está direcionada a áreas do conhecimento, que guardam uma relação estreita com a formação de profissionais que podem ser inseridos em funções de controle e supervisão social, no âmbito da área de Humanidades.

Esse é o nexo que torna o EaD tão relevante contemporaneamente: além de ser um veículo para a valorização do capital, também pode ser uma via para conformação de profissionais que tendem a se comportar na sociedade, de modo a conservar o *status quo*, considerando-se as condições formativas de tal modalidade de ensino: destituída da tríplice dimensão de ensino, pesquisa e extensão; sem a vivência discente no universo acadêmico e sem contato presencial (e intenso) com pares (outros estudantes) e um corpo docente variado, o que enriqueceria e problematizaria criticamente a formação. Tais condições formativas inerentes ao EaD limitam o aprofundamento de uma formação, que possibilite um desvelar crítico da realidade e o questionamento da função social de tais profissionais em uma sociedade histórica e estruturalmente tão desigual como o Brasil. Preocupa-nos ainda como profissionais que lidam com questões tão complexas como a área de Humanas tenham uma formação profissional com restrito contato humano.

Ademais, o predomínio do setor privado mercantil deve ser problematizado, uma vez que a proposta do EaD vem envolta em uma promessa de democratização do acesso. Ora, se o setor privado concentra a maior porção de matrículas, que tipo de democratização pode ser promovida? Argumentar que programas como o PROUNI (BRASIL, 2005) e o FIES (BRASIL, 2001) promovem tal democratização vela o fato de que, em essência, o que ocorre é a “compra” de vagas em IES privadas pelo Estado, sendo o fundo público drenado para interesses do setor privado,<sup>27</sup> em lugar da realização de investimentos públicos diretos na educação pública. Nesse sentido compreendemos o EaD como uma estratégia que promove a manutenção da desigualdade estrutural que tanto marca a sociedade brasileira, quanto a educação superior em seu interior, pois não promove o acesso à educação superior pública, gratuita, universitária e de qualidade.<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> Sobre o uso do fundo público pelo setor privado, consultar obra organizada por Salvador [et. al.] (2012).

<sup>28</sup> A consultoria de Lima (2014) prestada ao Ministério da Educação elenca inúmeras debilidades formativas em uma área tão delicada como a de formação de professores. Barreto também problematiza criticamente o uso do EaD na formação de professores, demonstrando que se trata muito mais de uma estratégia de expansão do que efetivamente de uma ação preocupada com aspectos formativos. Motta e Pereira (2017) organizaram coletânea que trata da relação entre padrão educacional dependente e política educacional. Consultar especialmente, sobre o EaD, os textos de Evangelista e Pereira, Ferreira e Vianna.

**Referências:**

BARRETO, R. G. A formação de professores a distância como estratégia de expansão do ensino superior. *Revista Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1299-1318, out.-dez. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/13.pdf> Acesso em 08 de maio de 2017.

BRASIL. Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf> Acesso em 10 de maio de 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10260.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10260.htm) Acesso em 4 de abril de 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasil, 2005. Disponível em <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/453107.pdf> Acesso em 14 de fevereiro de 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm) Acesso em 08 de maio de 2017.

CUNHA, L. A. *A universidade reformanda*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012.

GERMANO, J. W. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira - 2015* / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (INEP/MEC). Sinopse Estatística da Educação Superior 1995. Brasília: INEP/MEC, 1995. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse> Acesso em 15 de janeiro de 2016.

\_\_\_\_\_. Sinopse Estatística da Educação Superior 2000. Brasília: INEP/MEC, 2002. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse> Acesso em 15 de janeiro de 2016.

\_\_\_\_\_.Resumo técnico: Censo da educação superior 2014. – Brasília: INEP, 2016.

\_\_\_\_\_. Sinopse Estatística da Educação Superior 2015. Brasília: INEP/MEC, 2006. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse> Acesso em 15 de janeiro de 2016.

LIMA, D. da C. B. P. *Desenvolvimento, aprimoramento e consolidação de uma Educação nacional de qualidade - Educação a distância na educação superior*. Brasília: MEC/CNE, 2014. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=15878-centros-universitarios-produto-1-pdf&category\\_slug=junho-2014-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15878-centros-universitarios-produto-1-pdf&category_slug=junho-2014-pdf&Itemid=30192) Acesso em 02 de maio de 2017.

LIMOEIRO-CARDOSO, M. *Capitalismo Dependente, Autocracia Burguesa e Revolução Social em Florestan Fernandes*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1995. Texto disponível em <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/limoeirocardosoflorestan1.pdf> Acesso em 08 de maio de 2017.

MANCEBO, D.; VALE, A. A. do; MARTINS, T. B. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. *Revista Brasileira de Educação*, v. 20, n. 60, jan./mar. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n60/1413-2478-rbedu-20-60-0031.pdf> Acesso em 03 de maio de 2017.

MOTTA, V. C. da; PEREIRA, L. D. (orgs.) *Educação e Serviço Social: subsídios para uma análise crítica*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2017.

NEVES, L. M. W. (Org.). *O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990*. São Paulo: Xamã, 2002.

NEVES, L. M. W.; PRONKO, M. A. *O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz/Escola Politécnica Joaquim Venâncio, 2008. Disponível em <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/140.pdf> Acesso em 11 de maio de 2017.

SALVADOR, E. [et. al.] *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012.

SAVIANI, D. *Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional*. Campinas: Autores Associados, 1998. (Contemporânea).

SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a04.pdf> Acesso em 10 de julho de 2013.

SILVA JÚNIOR, J. dos R.; SGUISSARDI, V. *Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudanças na produção*. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista: USF-Ifan, 2001.

VALE, A. A. do *As faculdades privadas não fazem pesquisa porque não querem jogar dinheiro fora”: a trajetória da Estácio de Sá da filantropia ao mercado financeiro*. Rio de Janeiro, UERJ, Tese de Doutorado, 2011. Disponível em [http://www.ppfh.com.br/wp-content/uploads/2014/01/T\\_AAdoVale.pdf](http://www.ppfh.com.br/wp-content/uploads/2014/01/T_AAdoVale.pdf) Acesso em 29 de maio de 2017.